

## Potencialidades, Limites e Desafios ao Desenvolvimento Territorial Local: Reflexões a partir de uma Experiência com Moeda Social em Uberlândia (MG)

Potentialities, Limits and Challenges to Local Territorial Development: Reflections from an Experience with Social Currency in Uberlândia (MG)

Tarik Marques do Prado Tanure<sup>1</sup>  
Andrea Costa van Herk Vasconcelos<sup>2</sup>

**Resumo:** Compreender como se configuram as potencialidades, os limites e desafios ao desenvolvimento territorial local para a economia popular solidária a partir de uma experiência com moeda social em Uberlândia (MG) é o objetivo geral deste artigo. A pesquisa bibliográfica aplicada a um estudo de caso foi a metodologia. Verificou-se que o empreendimento congrega valores e princípios da economia – popular e solidária. A moeda social Pólen representa uma potencialidade, pois estimula toda a cadeia produção-comercialização-consumo. Contudo, desafios que ocorrem no bojo de um sistema hegemônico vigente, representam limites, exigindo elevado grau de engajamento coletivo.

**Palavras-chave:** Economia Popular Solidária, Moeda Social, Contra-hegemonia, Transformação social, Outra economia.

**Classificação JEL:** J01; J46; O17; O35; Q01

**Abstract:** Understanding how the potentialities, limits and challenges to local territorial development for the solidary popular economy are configured from an experience with social currency in Uberlândia (MG) is the general objective of this article. The bibliographic research applied to a case study was the methodology. It was verified that the enterprise brings together values and principles of the economy – popular and solidary. The Pólen social currency represents a potentiality, as it stimulates the entire production-marketing-consumption chain. However, challenges that occur within an existing hegemonic system represent limits, requiring a high degree of collective engagement.

**Keywords:** Popular Solidarity Economy, Social Currency; Against hegemony, Social Transformation, Other Economy.

**JEL Classification:** J01; J46; O17; O35; Q01

---

<sup>1</sup> Pesquisador de pós-doutorado no IERI/UFU. Email: [tariktanure@ufu.br](mailto:tariktanure@ufu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0598-0565>

<sup>2</sup> Docente da FAGEN - Faculdade de Gestão e Negócios - UFU. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo/UFU - linha de pesquisa Dinâmicas Territoriais. E-mail: [andreaherk@ufu.br](mailto:andreaherk@ufu.br)

## 1. Introdução

Experiências, cuja centralidade encontra-se no trabalho coletivo e na reprodução de valores e princípios sociais para o desenvolvimento de comunidades, têm ganhado destaque nos debates que cercam as denominações da economia. Nesse contexto, formas alternativas de produção, comercialização e consumo representam uma condição transformadora e diferenciada, como é o caso das moedas sociais, uma das materialidades para a economia popular solidária (EPS). Nesse panorama, visualiza-se que transformações econômicas, políticas, socioculturais e ambientais se articulam numa dinâmica territorial, onde o território transformado é parte integrante da constituição das mudanças do homem, enquanto indivíduo e ser social.

Desprender-se de amarras que limitam análises ou reforçam o status quo hegemônico do capital é abrir-se para discussões acerca do extenso e desigual conjunto de práticas aportadas na solidariedade, que emanadas pela (re)construção da atividade econômica, buscam por novas sociabilidades. Numa conjuntura neoliberalista e de mundialização do capital, onde a conotação do social pode, ou não, ser influenciada por laços econômicos, percebe-se que a emancipação é uma condição para que experiências alternativas à lógica hegemônica não se esvaíam em vieses puramente econômicos, que enrijeçam e reforcem um caráter de sujeição ao capitalismo.

Neste cenário, a economia centrada em princípios como solidariedade, cooperação, autogestão e em dimensão econômica não mercantilizada, vem sendo difundida sob vários espectros e denominações que, se olhada de forma fragmentada, causa confusas e desafiadoras interpretações das práticas. Embora perceba-se o aporte no combate à exclusão e à pobreza, importante pensar soluções para além do âmbito das políticas públicas. Caso contrário, as experiências emergidas nesta condição, atuam como espécie de válvula de escape para os problemas relacionados ao desemprego, haja vista que programas de transferência de renda que oferecem subsídios, também possuem objetivos dessa natureza, por exemplo, estruturação e reestruturação produtiva com incentivos às pequenas unidades produtivas.

O cenário da desigualdade econômica e social revelou a inquietação principal para o estudo, caracterizada especialmente por processos de homogeneização do capital e de forças que moldam a dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista (BRANDÃO, 2012). Num movimento ‘uniformizador’ do capital, a mercantilização é levada às últimas consequências, revelando de um lado, seu poder hegemônico e a lógica capitalista na atuação do mercado e do Estado; e, de outro lado, os excluídos dessa lógica e que aparecem mediante movimentos sociais e lutas de classes.

Assim, a pergunta central do estudo, a partir de uma experiência com moeda social em Uberlândia (MG), a saber: **Como se configuram as potencialidades, os limites e desafios ao desenvolvimento territorial local para a economia popular solidária?**

Percebe-se que o desenvolvimento tem caráter político, social e territorial, sendo que seu viés transformador pode, ou não, potencializar recortes como inclusão, cidadania, dentre outros elementos fomentadores das capacidades e habilidades humanas. Nesse

sentido, o objetivo geral deste artigo é compreender como se configuram as potencialidades, os limites e desafios ao desenvolvimento territorial local para a economia popular solidária a partir de uma experiência com moeda social em Uberlândia (MG). O desenvolvimento territorial, nesse sentido, tem o intuito de “[...] potencializar a autogestão, as identidades, as contradições, a produção de alimentos agroecológicos, a recuperação e a preservação ambiental, sem diminuir [...] a importância do Estado” (SAQUET, 2015, p. 128). Ainda, o desenvolvimento territorial local, ligado a ações coletivas, pode gerar possibilidades de melhoria da qualidade de vida de populações, sobretudo se pautadas em sustentabilidade e justiça social (VEIGA, 2008).

Esse estudo se justifica por refletir a práxis fundamentada nas dinâmicas da economia popular solidária como movimento de transformação social e formas alternativas de pensar e agir. Justifica-se ainda, pensar possibilidades sem vinculação à força de trabalho como mercadoria, mas sim, como manutenção das necessidades essenciais do indivíduo, como propulsor de inclusão da vida em sociedade. Além da introdução, o artigo está assim estruturado: a próxima seção apresenta o referencial teórico, que compreende a abordagem territorial local do desenvolvimento; o entendimento sobre articulações de atores locais face ao sistema capitalista hegemônico de poder; e as moedas sociais como materialidade contra-hegemônica<sup>3</sup> para a economia popular solidária (EPS). Em seguida apresenta-se a metodologia, os resultados e discussões, finalizando-se com a conclusão e as referências.

## 2. Referencial Teórico

### 2.1. A Abordagem Territorial Local do Desenvolvimento

Discussões mais acaloradas sobre a temática do desenvolvimento, na abordagem territorial e suas escalas, vieram à tona a partir dos anos 1990, em especial pelo processo de mundialização do capital e a globalização dos povos. Compreender, portanto, sua contemporaneidade é essencial, especialmente acentuada pela perspectiva dualista, global/local, em que a dimensão territorial pode e deve ser estudada considerando seu caráter endógeno<sup>4</sup>. Nas lacunas deixadas pela presença de fatores exógenos representados, geralmente, pelo Estado e pelo mercado, como Brandão (2012), percebe-se a emergência

---

<sup>3</sup> O conceito de hegemonia, colocado por Antônio Gramsci, representa a consolidação da configuração do Estado depois da segunda metade do século XIX, abrindo caminho para um olhar contrário, num movimento dialético. A contra-hegemonia é, para a hegemonia, uma contradição que se exclui mutuamente, uma vez que a hegemonia “se configura em um contexto de desenvolvimento da sociedade civil, a ideia de contra-hegemonia remete ao contexto de guerra de movimento” (DORE; SOUZA, 2018, p. 243). A contra-hegemonia é lastreada na matriz socialista, inspirada grande parte em Marx e Engels, onde há fundamentação da luta de classes,

<sup>4</sup> Desenvolvimento endógeno é aquele emergido pelas ações que buscam transformar o padrão socioeconômico imposto, reagindo aos problemas externos. Em outras palavras, propõe uma aprendizagem social através de ações coletivas em nível local, em pequena escala (ORTEGA, 2008).

de relações entre agentes e sujeitos nas mais diversas iniciativas onde o social e o solidário se fazem presentes. Na maioria das vezes, experiências transformadoras, na medida que revelam o limite da economia convencional são alternativas ao sistema econômico vigente (CORAGGIO, 2013).

No contexto brasileiro, as análises e discussões sobre desenvolvimento e território perpassam necessariamente pela constituição histórica de complexas estruturas produtivas. No Brasil, complementarmente à produção do espaço, os padrões de sociabilidade e de consumo foram ganhando contornos mediante as articulações do Estado. Nesse sentido, os vários recortes multiescalares (local, regional, nacional, internacional) são passíveis de análises e articulações (BRANDÃO, 2012). O local passaria pela significação do global, não como imposição sobre o local, mas no sentido de (re)significação, de complementaridade, onde o local é pautado na totalidade e potencialidade do global para produzir identidades e relações territorializadas, diferenciadas de acordo com cada localidade (SAQUET, 2018).

O autor sinaliza, com isso, que a discussão do tema desenvolvimento, na abordagem territorial de base local, deve levar em conta algumas premissas, que contribuem para sua interpretação, pois traz à tona a participação dos atores sociais nesse processo, tornando-o uma realidade possível e alcançável (quadro 1).

**Quadro 1: Premissas para o desenvolvimento com abordagem territorial local.**

Premissas	Caracterizações para o desenvolvimento com abordagem territorial local
Paradigma de análise territorial	Identificar limites, avanços, contradições, desigualdades, diferenças, cooperações, degradações, preservações, identidades etc., para subsidiar participação em processos dialógicos.
Paradigma reticular	Interpretar os diferentes tipos de redes (curtas, intermediárias e longas, concretas e virtuais, efêmeras e duradouras), caracterizando e potencializando as redes de cooperação e solidariedade ancoradas localmente e em processos ecológicos e culturais.
Territorialidade ativa	Fomentar a cooperação voltada para o desenvolvimento por meio de uma práxis transformadora (dialógica, crítica e reflexiva) para satisfazer as necessidades das pessoas e conquistar o máximo possível de autonomia decisória.
<i>Ancrage</i> (ancoragem) territorial	Estabelecer relações “ <i>face to face</i> ” envolvendo vínculos locais e redes curtas, identificando e potencializando: (i) comunidade de pessoas e um conjunto de empresas que se influenciam; (ii) empresas fornecedoras e consumidoras, em rede local para trocas especializadas vinculadas às redes mundiais; (iii) peculiaridades da comunidade local (famílias, mercado, empresas, escolas, igrejas, prefeituras e partidos políticos), diretamente relacionadas à valorização dos vínculos locais.

Proximidade geográfica e institucional	Constituir circuitos curtos por meio de processos de (in)formação, mobilização, luta e resistência aos agentes hegemônicos política e economicamente. A proximidade é o vínculo para valorizar pessoas, produtos, identidades culturais e informações de cada lugar e território, essencial para a constituição dos circuitos curtos de produção, comercialização, consumo de alimentos agroecológicos, por exemplo.
Consciência de inacabamento e humildade	Valorizar e potencializar a auto-organização e a autogestão como processo de transformação constante, aprofundando debates, pesquisas, renovação de técnicas e concepções. Utilizar coletivamente o que já fora realizado por outros, num movimento dialógico e contínuo de superação.

Fonte: Adaptado de Saquet (2018, p. 486-488).

Importante considerar, que quando o autor apresenta especificamente os paradigmas de análise territorial e reticular, interpreta a temática direcionando-a à materialidade, às ações dialógicas, ao debate, às relações de proximidade sedimentadas pela reciprocidade, questões presentes na economia popular solidária (EPS), por exemplo. Considera-se, contudo, que devido à natureza das configurações e reconfigurações dos espaços, bem como a interação dos vários agentes que interagem nos territórios (atores sociais e políticas locais), pode ocorrer, e geralmente ocorre, resultados não homogêneos, mas sim, diferenciados conforme cada localidade.

Assim, buscar pelas peculiaridades, os diferentes ritmos e níveis em relação à uma realidade (SAQUET, 2018) é condição no sentido de transformação e mudança. Uma das maneiras de analisar o desenvolvimento o vincula aos sistemas locais territoriais (SLOT), como propõe Dematteis (2008). Alguns elementos que compõem o SLOT, a saber: (1) rede local, estruturada por relações entre indivíduos e/ou coletivos (presentes ou potenciais no território); (2) “*milieu*” local, ou seja, onde a rede atua, considerando recursos materiais e (i)materiais (subjetivos, simbólicos) historicamente construídos ou próprios do local; (3) interação entre a rede local, o “*milieu*” e os ecossistemas locais, que podem (re)significar apropriações simbólicas e/ou materiais e transformações multidimensionais através de recursos (existentes ou potenciais) no local onde as redes atuam; (4) interação entre a rede local e as redes globais, possibilitando novas configurações para o “*milieu*” local (DEMATTEIS, 2008).

Esse “modelo”, segundo o autor, serve para entender e planejar ações de desenvolvimento local, na abordagem territorial, posto que se constrói a partir do que já existe, projetando-se o que será construído. Nesse sentido, as territorialidades ou peculiaridades do local, representariam uma espécie de operacionalidade para que o processo de desenvolvimento seja palatável. Em outras palavras, “[...] à análise e descrição da realidade e das potencialidades sociais e territoriais já existentes para se construir, a partir disso, os sistemas, ao mesmo tempo, territoriais e sociais” (DEMATTEIS, 2008, p.

35). O desenvolvimento, para o autor, enseja articulações em diferentes níveis escalares para alicerçar as ações no âmbito das políticas municipais, estaduais e nacionais.

Na perspectiva da EPS, por exemplo, mecanismos como moedas sociais configuram-se como a materialização de novas formas de articulação alinhadas às caracterizações de SLOT colocadas por Dematteis (2008) e complementadas às premissas postas por Saquet (2018), posto que são criadas com propósito específico e administradas pelos próprios usuários. Nesse panorama, a moeda social vincula-se às relações de troca específicas, nos propósitos da comunidade em que circula, e muitas vezes distante da lógica tradicional capitalista, quando incorporam relações de solidariedade, cooperação e confiança mútua. A moeda social é, portanto, fruto da mobilização comunitária em busca de recolocar a economia a serviço de outras finalidades, reintegrando seus valores à esfera social, cultural e ambiental. (SOARES, 2006).

A moeda social como meio de troca alternativo e como prática de redesenho das relações econômicas, é capaz de estimular valores e reprimir outros, funções que vão além das tradicionais reservas de valor e meio de troca. Segundo Soares (2006, p.135), elas estabelecem “[...] uma relação monetária que procura desmascarar e colocar em evidência as relações de poder que estão por trás das atitudes mercantis em geral e ainda mais especificamente do instrumento monetário tradicional”, conferindo às relações mercantis, um papel social ampliado.

Ressalta-se, contudo, a importância das dinâmicas territoriais e territorialidades locais serem articuladas por atores sociais, em relação ao ambiente em que as moedas sociais são implementadas. Isso porque, é necessária a aceitação pautada na confiança mútua entre os membros; a administração deve ser transparente e participativa e os valores intrínsecos à moeda devem ser compartilhados entre a comunidade. Nesse contexto, mobilizações que envolvam a criação de moedas sociais, com valores e regras próprias, podem ou não possuir potencial para a transformação social, apresentando-se, ainda, como força contra-hegemônica ao capital, mesmo que em escala local.

## **2.2. Articulações de atores locais face ao sistema capitalista hegemônico de poder**

Entende-se que projetos voltados para o desenvolvimento territorial local ensejam a participação de múltiplos atores e, estes, enfrentam dificuldades e desafios ao buscarem reprodução econômica e social. Frisa-se a importância da atuação do Estado “[...] tanto na constituição de uma infraestrutura básica como no fomento aos projetos identificados de maneira participativa pelos atores sociais locais” (ORTEGA, 2016, p. 36). Nesse contexto e através dos atores locais, há possibilidades de reconhecer particularidades e problemas econômicos, sociais e ambientais, partindo assim, para a construção de articulações e caminhos alternativos que visem o desenvolvimento territorial.

[...] o sucesso das políticas de desenvolvimento territorial não pode residir apenas na indução de um arranjo socioproductivo e aguardar que a autodeterminação das populações locais seja suficiente para viabilizar um processo de desenvolvimento endógeno. Nestes casos, o papel do Estado é fundamental tanto na constituição de uma infraestrutura básica como no fomento aos projetos identificados de maneira participativa pelos atores sociais locais. (ORTEGA, 2016, p. 36).

Num contexto marcado pela ação impactante e industrializante do Estado, pensar em políticas públicas sociais brasileiras é um exercício de resgate histórico, onde a reprodução das desigualdades econômicas e sociais nos territórios oferece espectro para a análise de uma estrutura carregada de antagonismos e conflitos políticos. No Brasil, a abordagem territorial no planejamento governamental e na implantação de políticas de desenvolvimento é relativamente recente, concomitante também a algumas questões como, o estímulo à descentralização; uma maior participação da sociedade; e a valorização de processos endógenos de desenvolvimento.

Diferentemente das iniciativas alternativas europeias, em que houve uma efetiva atuação do Estado na dinâmica de influenciar e contribuir com o desenvolvimento local, articulando-se forças num processo denominado *bottom-up* (de baixo para cima), no Brasil, alguns fatores denotam limites e desafios. Na condição europeia, ocorreu “[...] o reconhecimento da importância da participação da sociedade civil e das ações governamentais, particularmente” (ORTEGA; CERQUEIRA; SILVA, 2016, p. 23). Fundamental destacar, que a participação da comunidade local enseja questões como organização e conhecimento para que se entenda e pratique ações que congreguem parcerias com governo e outros agentes de transformação.

No contexto brasileiro, fatores como a precariedade na infraestrutura básica das localidades aliada aos poucos recursos, além de pouca capacidade para articulação local, denotaram os limites na construção de políticas públicas descentralizadas, aportadas estrategicamente em ações de desenvolvimento territorial local. No Brasil, consoante as políticas de desenvolvimento territorial local terem sido estimuladas, principalmente a partir da década de 1990, seu direcionamento neoliberal, combinado com a configuração dos arranjos socioproductivos locais, não configurou o avanço esperado capaz de mitigar a pobreza e alcançar patamares competitivos (ORTEGA, 2016).

Em outras palavras, enxergar a importância das articulações entre população beneficiada (*bottom-up*) e investimentos públicos e privados (*top-down*) com o objetivo de alcançar as necessidades das localidades é o direcionamento real e concreto para o desenvolvimento territorial (ORTEGA 2008, 2016). Assim, é fundamental construir o processo de desenvolvimento endógeno e autônomo, com ações combinadas *bottom-up* e *top-down*, tomando-se por exemplo referências europeias. Contudo, percebe-se que as limitações, dificuldades e contradições devem fazer parte da análise, bem como compreender as peculiaridades das articulações em cada localidade.

Importante destacar, que a ação governamental é a chave para que os atores sociais obtenham o protagonismo necessário. Isso, para que projetos identitários sinalizem forças locais na articulação com forças externas que, no caso as políticas territoriais são

representadas pela atuação do Estado (ORTEGA, 2008). Tratar o desenvolvimento territorial, nesse sentido e como o autor, significa buscar a construção de um “pacto federativo”, em que a articulação transparente e justa dos agentes envolvidos proporcione uma relação vertical/horizontal capaz de construir possibilidades na verticalidade (entes federativos) e as práticas na horizontalidade (poder público e agentes locais).

Enfatiza-se, portanto, que definir papéis e atribuições dos agentes públicos nas várias esferas de governo é essencial para definir a operacionalização e o limite das ações; os objetivos, as metas e o controle; assim como, o acompanhamento dos resultados alcançados. Desprender-se, pois, de amarras, de limites que reforçam o status quo hegemônico do capital é o desafio, no sentido de abrir novos direcionamentos que (re)construam atividades econômicas pautadas em novas sociabilidades. Nesse contexto, as experiências lastreadas na reprodução de valores sociais, cujo foco é o trabalho e o sustento de comunidades, têm ganhado espaço perante a conjuntura neoliberalista de mundialização do capital.

As moedas sociais são frutos desse movimento, na busca por emancipação de parcelas específicas da população que de certa forma vivem à margem do sistema capitalista. Essas parcelas da população são tacitamente impedidas de participar por completo das relações de trocas e de usufruir dos mecanismos financeiros no sistema econômico e hegemônico vigente, seja pela renda baixa, pelo nível educacional insuficiente, pela condição econômica, seja pela restrição devido ao histórico financeiro dos indivíduos. O sistema, cada vez mais globalizado, exclui com a mesma facilidade que confere acesso financeiro aos que possuem os pré-requisitos para a inclusão (SOARES, 2006). Tal situação acaba por reforçar um ciclo de crescimento, cada vez mais unificado no contexto global, concentrador de renda e excludente para boa parte da população carente do país.

### **2.3. As moedas sociais como materialidade contra-hegemônica para a economia popular solidária (EPS)**

À luz de autores (BERTUCCI; SILVA, 2003; FERRARINI; GAIGER; VERONESE, 2013), entende-se que a centralidade da EPS se aporta no trabalho coletivo, bem como apresenta algumas características marcantes, a saber: i) presença de grupos e movimentos sociais; ii) ideologia anticapitalista ou contra-hegemônica; e iii) relação produção-comercialização-consumo sem acumulação ou lucro como resultado. Utilizando-se da denominação empreendimentos econômicos alternativos (EAA), para denominar as organizações que transitam pela EPS, Ferrarini, Gaiger e Veronese (2013) expõem que, estas, se sustentam no trabalho coletivo, na autogestão e no objetivo de transformação social, para alçarem o desenvolvimento local, sustentável e solidário.

Nem abordagens rígidas, nem abstratas são recomendadas para delimitar os limites e os desafios para a atuação das práticas, posto que há um universo diferente para a práxis dos empreendimentos em cada economia (popular, solidária e popular solidária), mesmo com pilares semelhantes (FERRARINI; GAIGER; VERONESE, 2013). Não obstante as

sobreposições teórico-empíricas e a similaridade de atuação com contornos social e solidários, as configurações conceituais nos países da América Latina oferecem a maior aproximação com os empreendimentos que atuam na EPS (CORAGGIO, 2013).

Na EPS, os empreendimentos se colocam a caminho de “[...] constituir-se numa economia do trabalho”, abarcando também “[...] uma fração da economia popular, pois nesta coexistem diferentes princípios valóricos e os mais diversos arranjos”, que se submetem à lógica do capital. Quando algumas práticas populares carregam caracterizações da economia solidária num sentido mais amplo ou alternativo, “[...] tais iniciativas visualizam uma perspectiva de unidade no horizonte que as motiva às práticas de colaboração e à infusão de valores como a justiça, a autonomia e a equidade” (GAIGER, 2001, p. 05). Ademais, segundo Razeto (1985), entende-se que nem toda economia social e popular se fundamenta na solidariedade, muito embora seja possível identificar práticas de solidariedade em vários setores sociais e econômicos. Nessa perspectiva, a economia popular de solidariedade se constitui no “[...] polo mais avançado da economia popular”, caracterizada por valores centrados no trabalho e na reciprocidade, contudo, ainda parte integrante do sistema econômico presente na América Latina (ICAZA; TIRIBA, 2003, p. 107).

No contexto brasileiro, a economia popular e a economia solidária se entrelaçam na relação produção-comercialização-consumo, onde formas e funções econômicas parecem não se desvencilhar das relações sociais (FRANÇA-FILHO, 2001). Destacam-se as iniciativas econômicas solidárias no bojo de ações estatais e de mercado que, principalmente em contextos de crises, tendem a abrir-se em experiências e mecanismos que se ligam tanto às caracterizações da economia popular, quanto da economia solidária.

Com atuação geralmente em âmbito local, o entrelaçamento das caracterizações tanto da economia popular quanto da economia solidária é visto nas práticas de ONGs, instituições religiosas e articulações com agentes locais, como por exemplo, associações de moradores e sindicatos de trabalhadores. Vislumbram-se também, alguns mecanismos peculiares que provém recursos locais de forma variada no propósito de melhorar a qualidade de vida do coletivo, é o caso dos Bancos Comunitários (BC) e das moedas sociais. Sob esses instrumentos, no sentido de um resgate dos modos de ser e de viver localmente, a renda local é gerada ao mesmo tempo em que há o estreitamento de laços comunitários e o fortalecimento dos coletivos (ORTIGOZA, 2014).

Mecanismos como Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) e moedas sociais, configuram-se como a materialização de novas formas de articulação. No caso das moedas sociais, administradas ou não por um banco comunitário, por serem complementares, vinculam-se às relações de troca específicas, nos propósitos da comunidade em que circulam. Muitas vezes, por estimularem relações de trabalho focadas na solidariedade, reciprocidade e cooperação, acabam por se distanciar da lógica tradicional capitalista, recolocando a economia a serviço de outras finalidades.

A moeda social se configura como um acordo entre pessoas de uma mesma localidade para a utilização de uma moeda complementar à nacional, com o objetivo de valorização dos recursos locais. Tem sua circulação delimitada no espaço e vinculada a um

propósito. Elas são desenhadas para a circulação e não para o entesouramento. A circulação da moeda nos estabelecimentos locais fortalece a economia local e gera maior independência em relação ao circuito superior<sup>5</sup> da economia, evitando transbordamentos de recursos para fora da comunidade. Com o fluxo restrito à comunidade, a renda local é gerada ao mesmo tempo em que se estreitam os laços comunitários. Nas palavras de Santos (2008, p. 216), “[...] compra-se pouco, compra-se todos os dias”.

Nas localidades em que essas formas de articulação surgem, a acumulação de capital não é de interesse primordial, mas sim a sobrevivência e a manutenção da vida familiar diária, e quando possível, participar de certas formas de consumo peculiares ao moderno modo de vida (SANTOS, 2008). Neste sentido, a atuação dos bancos comunitários não se restringe aos serviços financeiros, vai além das finanças. O cuidado com a comunidade é de certa forma prioritário, prevalecendo a busca pelo desenvolvimento de uma consciência coletiva e emancipatória, indo aonde o poder público e o mercado formal não chegam (RESGALA, 2019). Essas materialidades ocorrem nos lugares e são produzidas pelos BCs, utilizando as moedas sociais como instrumento, isso é chamado de horizontalidade (PUPO, 2022).

No Brasil, existe uma pluralidade<sup>6</sup> de moedas sociais, com vários propósitos e desenhos, sendo administradas ou não por Bancos Comunitários formalizados. Em linhas gerais os BCs atuam de forma a conceder crédito em reais ou em moedas sociais condicionados ao consumo na comunidade. Adicionalmente atuam para fortalecer o capital social da comunidade via fomento de ações em prol da capacitação produtiva, da prestação de serviços, educação financeira e demais auxílios relacionados às características e demandas locais (PUPO, 2022). Para além do aspecto financeiro, as moedas sociais podem ter sua circulação vinculada a outros propósitos, como o estímulo ao consumo consciente e sustentável, por exemplo. Desta forma, segundo Resgala (2019), os BC e as moedas sociais se configuram como instrumentos de empoderamento da população local.

Um caso paradigmático é o do Banco Palmas, criado em 1998, pela associação comunitária do Conjunto Palmeiras, na periferia de Fortaleza/CE. Seu contexto de criação remete ao processo forçado de remoção e realocação de famílias em áreas sem infraestrutura urbana na periferia do município, tendo como objetivo a melhoria da renda da comunidade via fornecimento de microcrédito para a produção e consumo da população (RESGALA, 2019). No ano 2000, conforme o autor, o banco Palmas criou a moeda social Palmares, após experiências com clubes de troca realizados na comunidade. Os clubes de troca, outra forma de articulação periférica, consistem em permutas realizadas entre

---

<sup>5</sup> Segundo Milton Santos (2008) o processo de desenvolvimento de economias periféricas, baseado num movimento seletivo e incompleto de industrialização, acabou por gerar fluxos econômicos específicos, configurados para atender a lógica de interesses externos e vinculados às economias centrais. O circuito superior, configura-se como fluxos relacionados a estruturas organizadas, de capital intensivo e integrado às economias centrais, com vistas à acumulação de capital. O circuito inferior compreende as atividades rudimentarmente articuladas na localidade, com escassez de capital e trabalho intensivas.

<sup>6</sup> Rigo, Cançado e Silva Jr (2019), Resgala (2019) e Pupo (2022) apresentam, em detalhes, diversas experiências com moedas complementares, no Brasil e no exterior.

membros, sobretudo em momentos de crises, haja vista a dificuldade de venda de produtos e serviços. A moeda social, nesse contexto, atua dando maior dinâmica ao processo de permuta. Com o aprimoramento das relações e funções da moeda social, em 2002, o banco instituiu a moeda Palmas, uma “moeda social circulante local” que passou a ser utilizada para além dos clubes de troca, se tornando um instrumento de fomento econômico na comunidade, via concessão de crédito para consumo e produção (RESGALA, 2019).

Outro caso relevante é a moeda Mumbuca no município de Maricá/RJ, onde a prefeitura emite e administra a moeda social, com o propósito de estimular a economia circular na comunidade, via valorização do comércio e serviços locais e ainda, de maneira pioneira, utilizando a moeda social como instrumento de geração e distribuição de renda. Atualmente, a prefeitura distribui 200 Mumbucas por pessoa cadastrada no programa de transferência de renda municipal, que funciona nos moldes do programa Bolsa Família (PM, 2023). Essa experiência evidencia a relevância e a amplitude de possibilidades vinculadas ao uso da moeda social, abrindo espaço para a inserção da esfera pública através da construção de políticas públicas de desenvolvimento local.

A expansão dessas formas de articulação culminou na criação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC), em 2006, com o propósito de auxiliar a implementação e integração de Bancos Comunitários no país, utilizando como referência o arcabouço institucional do Banco Palmas. Em janeiro de 2018, a RBBC já contava com 113 bancos e no mesmo ano, em levantamento realizado por Resgala (2019), junto a plataforma e-dinheiro<sup>7</sup>. Nesse levantamento, o autor destacou que havia no Brasil cerca de 36 mil usuários e cerca de 2 mil comércios cadastrados em Bancos Comunitários que utilizavam moeda social na forma digital, modelo de dinheiro que passou a ser referência com a popularização da utilização de *smartphones*.

Ressalta-se que a circulação de moedas sociais e a atuação de bancos comunitários são permitidos<sup>8</sup> pelo Banco Central, que não as autoriza diretamente, mas não as proíbe. Isso significa que elas podem ser utilizadas, desde que não infrinjam as leis brasileiras e não sejam usadas para fraudes ou atividades ilícitas. A entidade não entende a moeda social como um instrumento monetário, e sim como um bônus para pagamento. Já os Bancos Comunitários não são reconhecidos como intermediadores financeiros, sendo do ponto de vista legal uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), podendo captar depósitos e conceder empréstimos a pessoas físicas e jurídicas da comunidade atendida (CMN, 2017; BCB, 2023).

Apesar do avanço das moedas sociais como instrumento de promoção de desenvolvimento local apresentar-se como potencialidade, destaca-se que sua implementação é cercada de desafios, sobretudo em decorrência de seu caráter contra-

---

<sup>7</sup> A plataforma e-dinheiro é um sistema que fornece um conjunto de serviços financeiros, com destaque para o serviço de pagamento digital. A ferramenta é vinculada ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), sendo utilizada em grande parte pelos Bancos pertencentes à RBBC, possibilitando a realização de pagamentos via moeda digital (PUPO, 2022).

<sup>8</sup> Em 2014, foi criada a regulamentação específica para o funcionamento dos bancos comunitários, por meio da Resolução nº 4.595/2017 do Conselho Monetário Nacional.

hegemônico. Essa característica acaba por exigir uma série de fatores para que as experiências sejam bem-sucedidas. Um elevado grau de capital social é peça chave para a implementação das moedas sociais, na medida em que são criadas pelas comunidades, com funções específicas atreladas às demandas locais, portanto de caráter *bottom-up*, como indicado por Ortega (2008).

Não obstante o capital social, capaz de promover novas relações de trabalho e produção, este, depende ainda de fatores materiais e subjetivos (CORAGGIO, 2003). Ou seja, o “censo de comunidade”, a proximidade e a confiança entre as pessoas, o nível de escolaridade, o nível de infraestrutura urbana, formalização do mercado de trabalho e até mesmo a existência de assistencialismo público influenciam na atmosfera econômica e social necessária para a implementação de novas formas de articulação popular, a exemplo das moedas sociais (SINGER, 2000).

### 3. Metodologia

Para compreender como se configuram as potencialidades, os limites e desafios ao desenvolvimento territorial local, no âmbito da economia popular solidária, este estudo utiliza-se de um estudo de caso que analisa a implementação de uma moeda social, denominada Pólen<sup>9</sup>, no município de Uberlândia (MG). A pesquisa é de cunho qualitativo e descritivo, nos moldes também utilizados em Beatriz *et al.*, (2016), em Cunha e Dias (2017) que avaliaram processos de implementação de moedas sociais, sob aspectos da economia popular.

Para a coleta de dados, foi realizada entrevista semiestruturada com um dos integrantes responsáveis pelo empreendimento, em junho/2021, de modo a compreender tanto as caracterizações quanto as articulações do Pólen como mecanismo de transformação social e materialidade contra-hegemônica do capital. Seu processo de implementação iniciou-se em maio de 2020, com efetivação da circulação da moeda social em agosto de 2020. A moeda social e a comunidade Pólen, além de contar com reconhecimento da comunidade local, possui administração transparente e disponibilidade de dados. Optou-se pela pesquisa empírica como um estudo de caso único, de modo a apresentar tanto a organização, sua importância no direcionamento de transformação da realidade social, além de ser instrumento fomentador da relação produção-comercialização-consumo.

Em Bertucci e Silva (2003), a apresentação dos resultados e discussões baseou-se nas seguintes categorias de análise (quadro 2), as quais identificam critérios de atuação e respectivas caracterizações dos empreendimentos na EPS e, conseqüentemente, a identidade do Pólen Moeda Ecológica no direcionamento dos processos de transformação social.

---

<sup>9</sup> Para acessar a plataforma digital da comunidade, ver POLEN (2020a).

**Quadro 2: Critérios de atuação e caracterizações para a EPS.**

<b>Critérios de atuação</b>	<b>Caracterizações</b>
Valores	Gratuidade, reciprocidade, cooperação, compaixão, respeito à diversidade, complementaridade, comunidade, amor.
Princípios	Autogestão, respeito à diversidade, convivência solidária com a natureza, democracia, descentralização do poder, das riquezas, dos bens (terra, tecnologia, saber), co-cidadania.
Novo projeto de desenvolvimento sustentável e solidário	A economia deve estar a serviço do social, tecnologia adaptada ao não aprofundamento do desemprego e poluição da natureza, implementação de políticas públicas efetivas.
Democratização do Saber	Experiências alternativas solidárias que oportunizam a apropriação dos saberes para cada participante.
Valorização da vida do consumidor	Relação educativa que estimule a mudança nos hábitos de consumo, superando o consumismo.

Fonte: Bertucci e Silva (2003).

O roteiro da entrevista semiestruturada seguiu os critérios e as caracterizações como apresentados no quadro acima, entendendo-se como os autores, que a EPS permite articulações na formação de redes, que através da representatividade técnica dos sujeitos em fóruns e conselhos para políticas públicas, podem propiciar o direcionamento para uma efetiva transformação da realidade. Para melhor compreensão, optou-se por agrupar os critérios expostos no quadro 2, da seguinte forma, identificando-se os subtópicos para a apresentação e discussão dos resultados:

- (1) Valores e princípios como base de sustentação do Pólen Moeda Ecológica;
- (2) Importância da democratização do saber e da valorização da vida do consumidor como caminho para a reprodução social através do Pólen;
- (3) O Pólen como projeto de desenvolvimento sustentável e solidário.

Procurou-se, ainda, entender os desafios da experiência de implementação da moeda social, avaliando como esses desafios poderiam representar limites ao desenvolvimento, ou mesmo à proposta de atuação do instrumento criado.

#### **4. Resultados e Discussão**

Num movimento dialético, segundo Oliveira (2017), as características do sistema econômico vigente, em parte, oferecem condições para atuação e adaptação das moedas sociais complementares e bancos comunitários, os quais desempenham funções fundamentais nas denominadas finanças solidárias. Os bancos comunitários, neste contexto, funcionam através da concessão de crédito para produção e consumo, mas vão

além “[...] ao conferir estreitamento de relações de reciprocidade, solidariedade e comunidade, características cada vez mais ausentes no mundo globalizado” (OLIVEIRA, 2017, p. 132). Nesse caso, pensa-se se estas estruturas seriam capazes de reinserir a parcela marginalizada face ao sistema hegemônico, trazendo-a de volta ao mecanismo de crescimento econômico, renda e bem-estar, garantindo meios de reprodução do próprio sistema capitalista, ou seriam capazes de promover uma ruptura para um novo paradigma emancipacionista?

A resposta da pergunta lastreia-se na evidência dos princípios da EPS que se aportam na negação da lógica do atual sistema econômico vigente, reforçando uma quebra de paradigma voltada à emancipação e reprodução social dos sujeitos. Na centralidade do trabalho coletivo e na existência de grupos e movimentos sociais, a EPS busca transformação social e desenvolvimento através da relação produção-comercialização-consumo (BERTUCCI; SILVA, 2003; FERRARINI; GAIGER; VERONESE, 2013). Nesta perspectiva emancipatória e transformadora, a iniciativa Pólen, como moeda ecológica, vai de encontro à segunda ótica da pergunta acima para o fortalecimento de pequenos empreendimentos de base ecológica no município de Uberlândia (MG).

O empreendimento Pólen, ou a comunidade Pólen, se organiza através de um modelo econômico próprio sustentado em valores e princípios específicos, que compartilha uma visão de mundo ecológica e conectada pela compaixão e pela justiça econômica (Entrevistado, 2021). Em linhas gerais, utiliza-se pólen (moeda social), para transacionar bens e serviços de caráter ecológico e sustentável, trocando e promovendo atividades polinizadoras (figura 1), como cursos, palestras, consultorias, mutirões, dentre outras atividades remuneradas na moeda social.

**Figura 1: Exemplo de atividade polinizadora.**



Fonte: Pólen (2020).

O modelo econômico específico do Pólen estabelece equivalência entre a moeda social e o Real, de forma que R\$1,00 equivale a P\$1,00 (1 pólen). Utiliza-se tecnologia digital e as trocas são realizadas através da plataforma de comércio online, que pode ser acessada pelo site da comunidade ou por aplicativo para celulares. O lastro financeiro da moeda social pólen, que garante sua aceitação e circulação, é a confiança mútua entre os membros da comunidade, diferentemente do Real, que é uma moeda fiduciária, garantida pelo Banco Central (Entrevistado, 2021).

A principal forma de adquirir pólen é através da venda de produtos e serviços na plataforma e através de atividades promovidas pela comunidade, cuja participação é remunerada, também na moeda social. Os produtos e serviços ofertados podem ser cobrados parte em pólen, parte em Reais, ficando a critério do ofertante a determinação da participação de cada moeda. Ainda não há possibilidade de empréstimos em pólen, segundo o entrevistado. A administração da comunidade é baseada na sociocracia, em que cada membro tem acesso às reuniões e são incentivados a participar do processo de tomada de decisão, destacando com isso, o princípio da autogestão evidenciado por Bertucci e Silva (2003) e Ferrarini, Gaiger e Veronese (2013).

Esse modelo confere transparência e legitima a confiança e a aceitação da moeda pelos integrantes. Dessa maneira, o Pólen (empreendimento e comunidade) se sustenta nas premissas da EPS apontadas por Bertucci e Silva (2003), como um projeto de transformação social para o desenvolvimento sustentável e solidário. A transformação social é estimulada, a partir: i) do consumo consciente de produtos ecológicos; ii) das relações de reciprocidade e ajuda mútua através dos mutirões e demais atividades comunitárias, iii) da democratização do saber através dos cursos, palestras e consultorias, em que os participantes são remunerados em pólen; e iv) da valorização da vida do consumidor ao incentivar relações de consumo baseadas nos valores e princípios da comunidade. A seguir, apresenta-se a dinâmica de funcionamento da comunidade, sob o escopo das premissas da EPS, segundo Bertucci e Silva (2003).

#### **4.1. Valores e princípios como base de sustentação da moeda social Pólen**

A comunidade Pólen caracteriza-se como um circuito econômico local, com o propósito de fortalecer pequenos negócios de base ecológica. Por base ecológica, entende-se, produtos e serviços que respeitam a relação entre seres vivos e o meio ambiente. (PÓLEN, 2020b). Envolve-se desde produtos e serviços que são produzidos e ofertados sob esta perspectiva, como também se leva em consideração a troca e a revenda de produtos usados. Segundo o entrevistado, o consumo consciente e a sustentabilidade ambiental, trabalhados através das atividades comunitárias, também orientam a comunidade. Destarte, a comunidade reúne pessoas e pequenos negócios que compartilham de uma identidade e princípios comuns na lógica do que prega a EPS.

Através de pólen (moeda social), a relação entre os membros da comunidade é estimulada, sendo que para além da evolução dos empreendimentos, a moeda possibilita a troca de experiências e conhecimento, sempre norteados pelos princípios de: i) respeito por todas as formas de vida; ii) responsabilidade social e ecológica; iii) economia local; iv) comércio justo; v) solidariedade; vi) autogestão; vii) não-exclusão; viii) autorresponsabilidade; e, ix) transparência. Compartilhar esses princípios é um requisito para ingressar na comunidade, posto que cada membro é responsável por sua atuação, de modo que o vendedor e o comprador são responsáveis pelas transações, desde a qualidade à entrega dos produtos (Entrevistado, 2021). Esse direcionamento corrobora a caracterização da EPS, cujo mecanismo chave encontra-se na relação produção-comercialização-consumo sem acumulação ou lucro como resultado (BERTUCCI; SILVA, 2003).

Os valores e princípios da EPS no sentido do trabalho coletivo e da autogestão norteiam as atividades e gestão da comunidade, que permite a participação de qualquer membro, haja vista que as reuniões são abertas para os integrantes. A sociocracia é a base da estrutura de governança da comunidade que, de maneira geral e manifestado o interesse em participar da gestão, o membro verifica as possibilidades de atuação com base em sua aptidão e disponibilidade de tempo. Então, tarefas, funções ou atividades são distribuídas em comum acordo. Segundo o entrevistado, os relatórios de transações e desempenho são publicados periodicamente, com a finalidade de garantir a transparência, qualidade fundamental para a manutenção da confiança entre a gestão e os membros da comunidade.

A comunidade, dessa forma, sustenta-se por valores e princípios que emergem da resistência, inquietação e negação ao sistema capitalista como hegemônico, econômico e vigente. Nesse sentido, a comunidade Pólen potencializa valores como, gratuidade, reciprocidade, cooperação, compaixão, respeito à diversidade, complementaridade, comunidade e amor. Os princípios vinculados à Pólen permeiam a autogestão e o trabalho coletivo, com respeito à diversidade, convivência solidária com a natureza, democracia, descentralização do poder e co-cidadania como empatia e auxílio ao outro nas mais diversas dimensões do ser humano.

## **4.2. A Importância da democratização do saber e da valorização da vida do consumidor como caminho para a reprodução social através da moeda social Pólen**

Para a Pólen, é fundamental proporcionar a reprodução social do sujeito, valorizando e difundindo os valores e princípios da comunidade, sendo que se conquista essa condição através das atividades polinizadoras. Como mecanismo de nivelamento de conhecimento, as atividades polinizadoras são promovidas pelos gestores da comunidade para proporcionar a integração entre os membros da comunidade. Cursos, palestras, assessorias e mutirões, são exemplos de atividades realizadas. Nelas, tanto o membro da comunidade que propõe e organiza a atividade, quanto os participantes, são remunerados

em pólen. Dessa forma, os membros têm a possibilidade de receber em moeda social, por adquirir conhecimento ou auxiliar outros membros da comunidade em atividades produtivas (Entrevistado, 2021).

As atividades polinizadoras são o mecanismo para a divulgação dos valores da comunidade e possuem função educativa, sustentando-se na centralidade do trabalho coletivo, a potencialização da relação produção-comercialização-consumo (FRANÇA-FILHO, 2001). Entende-se que, através das atividades polinizadoras como mecanismo de trocas, a Pólen possui racionalidade própria, sustentada nos valores e princípios da EPS e resgata vínculos com o local, onde a renda é gerada concomitantemente ao estreitamento e fortalecimento dos laços e dos coletivos, como postula Dematteis (2008), reforçando a importância do “*milieu*” local.

Conceitos como ecologia, sustentabilidade, consumo consciente e solidariedade são trabalhados nas atividades. Como grande parte dos membros possuem conhecimento heterogêneo sobre esses aspectos, o nivelamento via atividades, se mostra relevante. O entrevistado ressalta, que não obstante o aprofundamento sobre esses conceitos, há a possibilidade de adaptação ou mudança de hábitos e estilo de vida por parte dos integrantes. Essa possibilidade, na visão da Pólen, é a mola propulsora para a transformação social e o desenvolvimento sustentável e solidário como apontam Bertucci e Silva (2003) e Ferrarini, Gaiger e Veronese (2013), sedimentado em Dematteis (2008) e Saquet (2018)..

A título de exemplo de atividades polinizadoras, os mutirões promovem a integração dos membros da comunidade, estreitando relações de solidariedade e cooperação. Cursos de compostagem, ao possibilitarem a divulgação de conhecimento sobre como reciclar resíduos orgânicos e transformá-los em adubo, contribuem para uma melhor gestão de resíduos, condizentes com a sustentabilidade ambiental. A compostagem, se realizada além do processo produtivo, no dia a dia dos indivíduos, representa uma mudança de hábito com impactos positivos relacionados à sustentabilidade. Os cursos de permacultura, ao divulgarem formas sustentáveis e produtivas de produzir alimentos, também contribuem para a utilização dos recursos naturais de forma sustentável.

As atividades práticas de divulgação do saber entre os membros, e que estão dentro do escopo dos princípios da comunidade, promovem ainda a integração como uma forma de “estreitamento de laços” da comunidade. Conhecer, conviver e trocar experiências com os demais participantes é fundamental para a dinâmica da comunidade, na medida em que a aceitação e a circulação de pólen são sustentadas através da relação de confiança mútua dos usuários (Entrevistado, 2021). Logo, a moeda se comporta como um meio de conexão entre indivíduos com interesses em comum, fortalecendo relações e ampliando a divulgação dos valores e princípios, e na medida em que as relações se fortalecem, a própria moeda se consolida.

Dessa forma, a dinâmica da comunidade possibilita a troca de experiências solidárias que oportunizam a apropriação dos saberes para cada participante (SAQUET, 2008), promovendo a democratização do saber como conceito característico da EPS, segundo Bertucci e Silva (2003).

### **4.3. A moeda social Pólen como projeto de desenvolvimento sustentável e solidário**

As moedas sociais ampliam as possibilidades para a comunidade local, ao mesmo tempo em que estimulam o comércio e o fluxo de bens e serviços na comunidade, também permitem outros tipos de arranjos com foco em soluções locais para problemas locais. Como Soares (2006) destaca, a moeda social vincula-se às relações de troca específicas, nos propósitos da comunidade em que circula. O Pólen, como projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, surgiu a partir de inquietações iniciais entre seus membros fundadores, e das inquietações constatou-se que havia um potencial a ser estimulado para transformação social e desenvolvimento local (SAQUET, 2008; DEMATTEIS, 2008). Também, vislumbrou-se relação vertical/horizontal capaz de construir possibilidades na verticalidade (entes federativos) e as práticas na horizontalidade (poder público e agentes locais) (CAMARGO, 1999).

Através de racionalidade própria, desde o início, o projeto foi pensado como estímulo aos valores humanos, sendo que as perguntas iniciais perpassavam por questões sociais como, “Será que estamos fazendo nosso melhor para revelar o potencial colaborativo que existe entre nós? Será que estamos assumindo a nossa parcela de responsabilidade na construção de uma sociedade mais resiliente, justa e próspera?” (PÓLEN, 2020b). Com essas perguntas, o Pólen se constituiu como projeto de transformação na contramão e alternativa contra-hegemônica ao sistema econômico vigente (BERTUCCI; SILVA, 2003).

Como Coraggio (2003), o Pólen se aproxima tanto à denominação de economia “popular”, quanto de economia “solidária”, sustentando-se no trabalho coletivo, na autogestão e na transformação social (FERRARINI; GAIGER; VERONESE, 2013). Seus princípios são vinculados à EPS, congregando desde a socialização e a construção do saber individual e coletivo, até a constituição de lógica própria e racionalidades intrínsecas que garantem a sobrevivência e a amplitude da vida (CORAGGIO, 2013).

Ao aproximar-se da economia popular, o Pólen se configura como arranjo formal que se coloca a caminho das caracterizações de uma economia centrada no trabalho, conquanto contrário à lógica do capital (GAIGER, 2001), porém inserido no sistema capitalista vigente. Ao assumir práticas populares legitimadas por caracterizações mais amplas e alternativas no direcionamento da economia solidária, o Pólen se constitui como empreendimento que transita na economia solidária, sobretudo na EPS, pois congrega as duas vertentes – popular e solidária – como destacado por Coraggio (2013).

Por ser complementar ao Real, incorporando valores e princípios à sua circulação, a moeda social pólen estimula a comercialização de produtos e serviços vinculados à sustentabilidade ambiental e à ecologia, além de servir como um instrumento que viabiliza o conhecimento e a troca de experiências. A comunidade se apresenta sob as premissas apontadas por Saquet (2018), bem como congrega as potencialidades ao modelo de SLOT postulado por Dematteis (2008). Entende-se que, como SLOT, também se propõe ao direcionamento *bottom-up* destacado por Ortega (2008).

Percebe-se que a comunidade se apresenta como uma nova maneira de lidar com processos produtivos, com o consumo, com o meio ambiente e com as pessoas, gerando assim, uma nova sociabilidade. Contudo, tomando Ortega (2008, 2016), perfazem-se os desafios que vão além de enxergar, mas estimular a práxis no sentido de gerar articulações entre a população beneficiada e os outros agentes de poder, sejam eles participantes do Estado ou do mercado, no sentido de alcançar as necessidades da localidade. Portanto, o direcionamento real e concreto, que une verticalidades/horizontalidades, para o desenvolvimento territorial local.

#### **4.4 Desafios e limites para a moeda social Pólen**

O surgimento e, sobretudo, o desempenho de novas formas alternativas de articulação popular dependem de fatores materiais e subjetivos, específicos de cada comunidade (CORAGGIO, 2003). No caso da moeda social Pólen, essa articulação foi caracterizada pela imposição de desafios representados, em grande medida, pelo perfil contra-hegemônico instituído. Tais desafios, que segundo o entrevistado concentram-se na gestão, no engajamento, na comercialização e na barreira tecnológica, podem representar limites para o sucesso da iniciativa.

A gestão da comunidade é baseada na sociocracia. Essa forma organizacional, ao mesmo tempo em que permite a participação de todos no processo de discussão e tomada de decisão, em contrapartida também exige mobilização por parte da comunidade (ORTEGA, 2008; SAQUET, 2018). Em outras palavras, permitir a participação não significa que haverá, de fato, a participação da comunidade como coletivo. Desta forma, o entrevistado ressalta que a mobilização em torno da maior participação dos membros se mostrou um desafio relevante, em virtude de que as reuniões para discussões em torno de planejamento e tomadas de decisão foram sendo esvaziadas ao longo do tempo. Apesar de haver uma estrutura elaborada, que permite e oportuniza a decisão coletiva, de fato as tomadas de decisão foram, ao longo do tempo, realizadas por poucos membros, os de maior engajamento. Corrobora-se que, pelo paradigma da análise territorial, como apontado por Saquet (2018), outro fator limitador/desafiador apontado pelo entrevistado e que prejudica os processos dialógicos, é que a saída de participantes engajados, que por motivos particulares passaram a não residir no município de Uberlândia-MG, deixa a gestão da comunidade comprometida.

O desafio da gestão participativa pode estar relacionado ao “censo de comunidade” ou nível de capital social associado à iniciativa. Pelo Pólen não representar uma comunidade fisicamente expressa, ou seja, não ser composta por pessoas que moram ou trabalham numa mesma localidade e que prejudica a premissa de proximidade geográfica, como colocado por Saquet (2018), a relação entre os membros acaba sendo limitada. Entretanto, deve-se enfatizar que a comunidade compartilha um modo de vida específico e contra-hegemônico, o que potencializa o bom entendimento, com a limitação da não proximidade física. Segundo o entrevistado, o “censo de comunidade” era debatido durante

as reuniões e houve questionamentos quanto a qualidade das relações entre seus membros, inclusive, se o conjunto de pessoas poderia configurar uma comunidade e um coletivo. Como o pensamento em relação à estrutura da comunidade e seu propósito é compartilhado por todos, reforçou-se a utilização da moeda social como instrumento de aproximação entre os participantes, sob o entendimento de que a moeda social poderia conectar pessoas que compartilham de um modo de vida em comum, mesmo que espacialmente distantes. Nesse sentido, o “censo de comunidade” deve representar o sentido da territorialidade ativa e da ancoragem territorial, com a humildade e consciência de inacabamento (SAQUET, 2018).

Importante observar, que os encontros entre os membros ocorriam durante a realização das feiras agroecológicas e atividades polinizadoras, para além dos encontros virtuais. O contexto pandêmico do Covid-19, deteriorou o aprimoramento das relações. Por essa perspectiva, tomando Soares (2006) e Ortega (2008), a moeda social, que a princípio, é um instrumento que surge através de comunidades com elevado capital social, em que qualidades como confiança mútua e cooperação são fundamentais, passou a ser utilizada numa lógica inversa, não como instrumento para incitar o fortalecimento do capital social de uma comunidade em formação. Toma-se, portanto, Dematteis (2008), para reforçar que, nessa condição, todo o SLOT da comunidade Pólen fica comprometido.

A barreira tecnológica também se configura como um desafio para a comunidade, posto que a moeda é virtual, com transações efetuadas através de aplicativos para dispositivos eletrônicos, como computadores e *smartphones*. Ademais, parte da comunidade é constituída por pessoas que residem em zonas rurais, com limitado acesso à internet, e ainda, por indivíduos de faixa etária mais elevada, não muito familiarizados com o uso de aplicativos. Esses condicionantes implicam em dificuldades relacionadas à comunicação e ao pleno uso das funcionalidades do aplicativo e acabam por desestimular um maior engajamento por parte dos membros.

Outro desafio limitante para o desenvolvimento territorial local da experiência com a moeda social é a força que o mercado tradicional exerce sobre a dinâmica do mercado alternativo criado dentro da comunidade (ORTEGA, 2008; 2016). A ideia de utilizar a moeda social nas transações de produtos de perfil sustentável e ecológico, em que a obtenção do lucro é sobreposta por uma lógica de valor justo, encontra limitações na experiência da comunidade, sobretudo em virtude dos produtores rurais, principalmente, incorrerem numa estrutura de custos em Reais, com vendas realizadas em moeda social, sem conversão. Dessa maneira, o entrevistado relata que parte dos produtores passaram a limitar a venda, com recebimento em moeda social, em decorrência do acúmulo de moeda Pólen. O estágio inicial da comunidade limitou a quantidade de produtores, implicando em oferta de produtos concentrada em poucos indivíduos. Estes, sem ter muitas opções de consumo dentro da comunidade, passaram a reduzir a oferta de produtos cotados na moeda social. Contudo, a limitação da aceitação da moeda não é conduzida pela falta de confiança entre seus membros, mas sim por uma “imposição” do sistema econômico dominante. Esse desafio evidenciou a dificuldade inerente em articulações contra-hegemônicas dentro do sistema capitalista.

Por fim, em decorrência dos desafios apontados, a experiência na implementação da moeda social Pólen sofreu uma pausa. Contudo, e como indica o entrevistado, o processo de implementação da comunidade, desde o início, foi pensado para ser realizado em etapas, ou ciclos. Dessa forma o primeiro ciclo, com duração de 6 meses foi encerrado. Em assembleia aberta aos participantes, foi convencionado que um novo ciclo seria iniciado considerando ajustes no funcionamento da comunidade, em resposta aos desafios apresentados. Um questionário foi elaborado e disponibilizado para os participantes, com o intuito de angariar contribuições de relatos e sugestões de melhoria. O entrevistado ressalta que apesar do processo de implementação se encontrar paralisado, parte dos membros da comunidade continua interagindo e, sobretudo, transacionando seus produtos, mas em Reais, não em moeda social. *“Talvez esse seja um indicativo de força da comunidade, que mesmo enfrentando desafios característicos desse tipo de articulação, sobrevive da maneira que consegue”* (Entrevistado, 2021). Sob à luz da economia – popular e solidária, poderíamos complementar a fala do entrevistado acrescentando, *“(...) sobrevive da maneira que consegue, dentro do sistema hegemônico”*.

## Conclusão

Buscou-se, neste trabalho, compreender como se configuram as potencialidades, os limites e desafios ao desenvolvimento territorial local para a economia popular solidária a partir de uma experiência com moeda social em Uberlândia (MG). Como materialidade, as moedas sociais representam novas sociabilidades, seja nas formas de articulação, seja no resgate de territorialidades, na (re)significação com o local. Como meio alternativo de trocas, a moeda social é fruto do enlace da vontade de sujeitos com o desejo de construir relações mais justas e prósperas nas bases da EPS, a fim de estimular a comunidade local através do comércio e fluxo de bens e serviços.

Nesta ótica, a Polén como moeda social representa uma potencialidade real no direcionamento da reprodução e emancipação social dos atores que vivenciam a comunidade e vislumbram possibilidades alternativas ao modo econômico vigente. No caminho do desenvolvimento territorial local, a moeda social promove uma outra configuração das relações sociais no seio do contexto socioeconômico excludente. Nessa perspectiva, a moeda social representa elemento fomentador de novas sociabilidades, especialmente, porque ocorre a confiança mútua e aceitação entre os membros da comunidade de troca, a administração é transparente, participativa e compartilhada por todos.

Contudo, o avanço destas formas de articulação, a exemplo da moeda social Pólen, é marcado por desafios, posto que suas características se condicionam especialmente às contradições do sistema capitalista vigente. Para se configurarem como contra-hegemonia, necessitam se aportar nas bases da economia popular solidária (EPS) e em premissas e nas apropriações representativas do desenvolvimento territorial local. Tais desafios representam limitações reais para as articulações dos atores sociais locais. Ressalta-se,

portanto, que o engajamento coletivo é fundamental, sobretudo quando as dificuldades de articulação são “impostas”.

## Referências

BEATRIZ, M. Z. *et al.* Moeda social: possibilidades e limites—reflexões a partir da implantação do Ecobanco em uma Feira de Economia Solidária. **Otra Economía**, v. 10, n. 19, p. 198-207, 2016.

BERTUCCI, A. de A; SILVA, R. M. A. (Orgs.). **20 anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**. Cáritas Brasileira: Brasília, 2003.

BCB. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Moedas sociais**, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/moedassociais>. Acesso em: 11 de abril de 2023.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

CMN. CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. **Resolução nº 4.595**, de 28 de agosto de 2017. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50427/Res\\_4595\\_v1\\_O.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50427/Res_4595_v1_O.pdf). Acesso em: 11 de janeiro de 2023.

CORAGGIO, J. L. Qué significa pasar de la economía popular a la economía del trabajo? **Proposta**, n.98, p.12-20, set./nov. 2003.

CORAGGIO, J. L. La economía social y solidaria y el papel de la economía popular en la estructura económica. In: **Seminario Internacional “Rol de la Economía Popular y Solidaria y su Aporte en el Sistema Económico Social y Solidario”**, 24-26, jul, 2013, Quito, Ecuador, 2013. Disponível em [https://www.coraggioeconomia.org/jlc\\_publicaciones\\_ep.htm](https://www.coraggioeconomia.org/jlc_publicaciones_ep.htm) Acesso em: 17 jun. 2021.

CUNHA, F. C; DIAS, A. A. B. A importância das moedas sociais nas feiras de economia solidária: um estudo de caso. **Cadernos Gestão Social**, v. 6, n. 2, 2017.

DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A.; CARRIJO, B.; CANDIOTTO, L. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. SP: Expressão Popular, 2008. p. 33-46.

DORE, R.; SOUZA, H. G. de. Gramsci nunca mencionou o conceito de contra-hegemonia. **Cad. Pesq.**, São Luís, v. 25, n. 3, jul./set., 2018.

FERRARINI, A.; GAIGER, L. I.; VERONESE, M. **Solidarity economy enterprises in Brazil: an overview from the second national mapping.** The international comparative social enterprise models – ICSEM PROJECT. 2013. Disponível em <https://blogecosol.files.wordpress.com/2014/10/icsem.pdf> Acesso em 17 jun. 2021.

FRANÇA FILHO, G. C. de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e Estado**, v.16, n.1-2, p.245-275, dez., 2001.

GAIGER, L. I. As organizações do terceiro setor e a economia popular solidária. **Revista de Ciências Sociais**, n. 159, p. 103 – 151, 2001.

ICAZA, A. M. S.; TIRIBA, L. Economia Popular. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

OLIVEIRA, E. G. D. **Crédito solidário e moedas sociais na perspectiva do desenvolvimento local participativo:** potencialidades e limitações frente ao capitalismo e suas contradições. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2017.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos:** desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas, SP: Editora Alínea; Uberlândia, MG: EDUFU, 2008.

ORTEGA, A. C. As políticas territoriais rurais no Brasil: as ações do governo federal. In: ORTEGA, A. C.; PIRES, M. J. de S. (Orgs). **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual:** um estudo de caso da Bahia. Brasília: IPEA, 2016, p. 31-54.

ORTEGA, A. C.; CERQUEIRA, C. A.; SILVA, F. P. do M. da. Planejamento, desenvolvimento e descentralização: o papel do estado no desenvolvimento territorial. In: ORTEGA, A. C.; PIRES, M. J. de S. (Orgs). **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual:** um estudo de caso da Bahia. Brasília: IPEA, 2016, p. 17-30.

ORTIGOZA, S. A. Vamos privilegiar os mais fracos: a economia solidária brasileira como possibilidade de (re)inserção do território como base do desenvolvimento. **GOT – Revista de Geografia e Ordenamento do Território.** n.º 6, p. 241-257, 2014.

PÓLEN, Moeda Ecológica. **Moeda Pólen.** 2020a. Disponível em: <https://communities.cyclos.org/moedapolen> Acesso em: 08 set. 2021.

PÓLEN, Moeda Ecológica. **Visão.** 2020b. Disponível em: <https://communities.cyclos.org/moedapolen/#page-content!page=visao> Acesso em: 08 set. 2021.

PÓLEN, Moeda Ecológica. **Agenda**. 2020c. Disponível em <https://communities.cyclos.org/moedapolen/#page-content!page=agenda> Acesso em: 08 set. 2021.

PM. PREFEITURA DE MARICÁ. **Moeda Social Mumbuca**. 2023. Disponível em <https://www.marica.rj.gov.br/programa/moeda-social-mumbuca/> Acesso em: 21 jan. 2023.

PUPO, Carolina Gabriel de Paula. **Finanças solidárias no Brasil: bancos comunitários, moedas locais e a força dos lugares**. 2022. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RAZETO, L. M. Economía de solidaridad y mercado democratico. Taller. In: **Comision Economica para America Latina y el Caribe Unidad Conjunta CEPAL/CNUAH de Asentamientos Humanos**. Santiago de Chile, abr, 1985. Disponível em [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/20839/D11777.01\\_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/20839/D11777.01_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y) Acesso em 17 jun. 2021.

RESGALA, GUSTAVO. **Práticas de finanças solidárias como práticas urbanas: uma análise das ações dos bancos comunitários de desenvolvimento** / Gustavo Resgala. 2019.

RIGO, A. S.; CANÇADO, A. C.; SILVA JR, J. T. Desafios e potencialidades das moedas complementares: explorando sua utilização e significado para o desenvolvimento. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 15, n. 38, 2019.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SAQUET, M. A. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, p. 479-505, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/3bck5hHGnk5FrRWJ6JDXYWt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

SINGER, P. I. Economia dos Setores Populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE SOBRINHO, G. (Org.). **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOARES, C. L. B. **Moeda social–uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil Contemporâneo**. 2006. Tese de Doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.